

FLORIPA INTANGÍVEL

O Imaginário social das tradições em Florianópolis

Bárbara Maria Amaral | 16105665
Orientador: Rodrigo Gonçalves Santos

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Tecnológico - CTC
Curso de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho de Conclusão de Curso | 2022.2

Pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes, os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade da nossa gente. O intangível, o imaterial. (Gilberto Gil)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS _____	04
PREFÁCIO _____	05
INTRODUÇÃO _____	06
PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL _____	08
MEMÓRIA, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO _____	14
CIDADE, SOCIEDADE E O INTANGÍVEL _____	15
FLORIANÓPOLIS E PATRIMÔNIO _____	16
CONVITES _____	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	27
BIBLIOGRAFIA _____	28

Agradeço aos meus pais, por terem me dado asas para voar e construírem um ninho acolhedor para voltar. Vocês são minha inspiração e maiores exemplos. Agradeço aos meus irmãos, Felipe, Abraão e Ana, por me darem carinho e apoio nas suas mais variadas formas.

Agradeço a quem me acompanhou dentro desta aventura chamada Arquitetura e Urbanismo. Aos professores e meu orientador Gonça, por se dedicarem a construção desse cenário em nós com suas sabedorias. Ao LabProj, professores e colegas, que me proporcionaram uma experiência única e enriquecedora durante a graduação.

Aos meus amigos e colegas de curso por compartilharem desse universo, nos momentos bons e nos não tão bons. Especialmente ao Jorge, Gui, Cindy, Alice, Marco e Ana que, além de tudo, trouxeram muito amor nessa minha vivência.

Agradeço aos meus irmãos de coração que Joinville me apresentou, que caminham comigo há muito tempo, vocês são parte de mim.

Obrigada a cada um que me ouviu, apoiou e ajudou na construção deste trabalho!

Eu vi um menina correndo pelos cantos de uma ilha. De braços erguidos e mãozinhas em cunhas aos saltos agarrava firme as magias que teimosamente voavam em todas as direções. Aos poucos, a cada magia alcançada que se contorcia em fuga tinha um sacola azul para lá permanecer. Mas magia é magia, com escolhas que são só dela, agarrava-se nos cabelos da menina soltos e ao vento. Nesta pequena menina que corria pela ilha da magia, no final trazia nos cabelos o colorido das magias em histórias. Assim, depois de um longo dia, num portão do passado e presente, as magias foram se tornando visíveis e prontas para serem histórias no presente para um futuro que vem.

Enfim, lembranças vem e sonhos se constroem.

(Marcia Amaral)

Ferramentas, esculturas e arquiteturas, assim como festividades, tradições e manifestações artísticas representam a capacidade humana em produzir conhecimentos materiais e imateriais, provocando em cada um de nós um sentimento de pertencimento e identificação com determinada comunidade.

Os atores sociais se reconhecem em um coletivo mediante semelhanças culturais e significativas e, por meio disso, concebe-se o senso de identidade. Assim, a manifestação identitária é representada pelos patrimônios materiais e imateriais que se formam a partir das memórias coletivas dos antepassados e se ressignificam diante de novos protagonistas.

O patrimônio imaterial é a expressão do imaginário social criado ao longo das experiências coletivas e que se fortalece com base nas vivências e sentimentos envolvidos. A partir dos vínculos afetivos são concretizados os significados desses bens em relação à comunidade, espaço, contexto urbano e social.

A conservação do patrimônio parte da relação que cada indivíduo possui e é levado no âmbito coletivo, no intuito de perdurar o senso de pertencimento. Assim, por meio da responsabilidade social e consciência comum, se mantém as memórias livres para se moldarem diante do tempo. Colaborando na preservação de saberes para o futuro, o patrimônio herdado dos ancestrais reverbera de tal forma a compor a estrutura social do grupo conforme permeia as gerações.

Neste sentido este trabalho traz uma valiosa contribuição dos campos de saberes da antropologia e sociologia para provocar o campo da arquitetura e urbanismo na preservação dos patrimônios, com foco naqueles de aspecto imaterial.

Propõe-se intervenções urbanas na cidade de Florianópolis, no contexto físico e virtual, a partir do patrimônio imaterial e que se encarrega de um desafio incomensurável, pois parte do questionamento inicial de como dar visibilidade à invisibilidade dos bens intangíveis, das tradições, dos contos e das magias criadas ao longo do tempo de culturas diversas, antigas ou recentes. É o saber em movimento que mobiliza esta pesquisa, impulsionada pela arte da arquitetura em resgatar a função artística e inclusiva na cultura imaterial.

Se recordo quem fui, outrem me
vejo,
E o passado é o presente na
lembança.
Quem fui é alguém que amo
Porém somente em sonho.
E a saudade que me aflige a
mente
Não é de mim nem do passado
visto,
Senão de quem habito
Por trás dos olhos cegos.
Nada, senão o instante, me
conhece.
Que quem sou e quem fui
São sonhos diferentes.
(Fernando Pessoa, 2006, p. 132)

Desta forma, Florianópolis tornou-se o mote afetivo e foco do trabalho na qual pretende-se criar métodos de aproximação e participação da comunidade com os bens culturais imateriais, propondo que os próprios atores deste imaginário compartilhem sua memória, fortaleçam sua identidade e conquistem meios de salvaguardar os bens.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está distribuído da seguinte forma:

No primeiro momento, a **Introdução** discorre através de inquietações e perspectivas pessoais correlacionando os conceitos presentes na temática do patrimônio que serão aprofundadas posteriormente.

A segunda parte trata-se da contextualização do **Patrimônio Cultural Imaterial** no Brasil, que consiste em essência na evolução do conceito pela concepção da sociedade, sua conquista diante da legislação brasileira, aspectos de registro e de preservação.

Posteriormente, em **Memória, Identidade e Pertencimento**, embasa-se na antropologia para sustentar a preservação das culturas, dos saberes e da transmissão de conhecimentos diante da diversidade em movimento. Expõe-se os conceitos de memória, identidade e do senso de pertencimento, correlacionando-os entre si.

Em seguida, **Cidade, Sociedade e o Intangível** trata-se da contribuição da sociologia na possibilidade de compreendermos a representação social presente nas culturas, suas tradições, saberes e contos.

Por fim, o último capítulo e ápice deste trabalho, **Florianópolis e Patrimônio**, é o objeto do qual a investigação privilegia como estímulo e fonte de criatividade, que é a própria ilha e sua forma de expressar na sociedade. Inspira-se dentro do campo da arquitetura e urbanismo para propor formas de transmissão de conhecimentos, visibilidade e preservação do patrimônio imaterial através da intervenção urbana.

No âmbito acadêmico, este trabalho visa evidenciar também a cultura *invisível* de Florianópolis, ou seja, trazê-la à visibilidade na tentativa de estimular os conhecimentos individuais sobre o tema e a curiosidade por aqueles que ainda não a descobriram. É através da arquitetura e sua capacidade de relacionar os indivíduos com o espaço, que se deseja materializar esses eventos culturais, intangíveis e esporádicos, no experimento de aproximá-los à cidade e sociedade.

O desafio em resgatar e decifrar o passado da sociedade sempre esteve associado em querer entender a formação como indivíduos no presente. Apesar de grandes divergências - regionais, geracionais e de experiência - entre os pensamentos e princípios dos antigos com a visão atual, as práticas culturais perduram no tempo. Ao resistirem através da lembrança cotidiana de uma vida comunitária com seus ritos e tradições características, são reproduzidas perfeitamente ou adaptadas ao contexto e a novos significados, de modo a motivar um patrimônio cultural imaterial comum, objeto de estudo deste trabalho. Entre a tradição e o contexto atual, se ressignificam experiências e se fortalecem os vínculos com nossos antepassados.

As edificações variadas em tipo, disposição, material e técnicas empregadas na construção; os objetos e utensílios confeccionados para desempenharem um conjunto característico de atividades sociais de uma determinada comunidade são tradições adquiridas pela experiência de vida, e transmitidas no meio social seja pela reprodução prática ou através das artes gráficas, da oralidade e manufatura, etc. A essa herança, ou valor cultural reconhecido por uma ou mais comunidades, é atribuído esforço de transmiti-las por décadas, séculos seguintes, dada sua relevância na composição de uma estrutura social, ainda que sejam incorporadas as modificações trazidas pelo tempo.

O reconhecimento *pessoal* de uma característica cultural faz parte da inserção de um indivíduo dentro de um coletivo, ou seja, compartilhar tradições é um fator imprescindível na organização social de um grupo, dada a conexão dos indivíduos por vínculos identitários. Sendo assim, a expressão da identidade é revelada nos patrimônios, sejam materiais ou imateriais, registrados ou não registrados.

Esses patrimônios transitam nas memórias coletivas de um grupo atual baseadas em vivências coletivas de ancestrais no passado, isto é, em constante ressignificação. Sendo assim, para que tais vivências (consideradas aqui também algo que pode ser espacializado, como uma igreja) se tornem patrimônios, ou seja, memórias que perpetuam no imaginário e cotidiano, devem gerar o senso de identidade do grupo em questão. Isto é, preserve-se uma memória que faz parte da formação identitária de um determinado coletivo e que, por conseguinte, irá se preocupar com a perpetuação e transmissão do conhecimento.

Para a manutenção das tradições, ou seja, para que não se percam os conhecimentos, o patrimônio em questão deve estar relacionado com aspectos emocionais e sensoriais do indivíduo para que, assim, ganhe um valor afetivo e haja interesse em retomar essas sensações provocadas. O que conduz, alimenta (fisiologicamente e espiritualmente), sensibiliza, movimenta de forma convergente em um grupo, é o que ganha o sentido coletivo ao gerar uma memória afetiva e que fundamenta o senso de identidade.

O patrimônio perde seu sentido se, com o passar do tempo, não gerar mais nenhum aspecto que reforce, nutra o vínculo comunitário em que está inserido. Porém, isso não deve sugerir que tradições de séculos atrás devem ser seguidas à risca, ou emuladas num contexto diferente do histórico. Essa memória coletiva deve estar livre para se moldar diante das gerações futuras que certamente a interpretarão de acordo com seus valores, sem, no entanto, romper o vínculo identitário e reverência ao passado essencialmente, consagrando assim uma comunidade em um tempo específico. O patrimônio em questão, quando praticável, pode ser modificado conforme mantêm o sentido para o grupo que o contém e o vínculo com as suas origens.

Além disso, os aspectos culturais, dentre suas importâncias, têm grande relevância para sustentar a união de um grupo e afirmar sua sobrevivência, pois ao serem relacionados com a sua identidade, apesar dos conflitos e divergências que podem ocorrer internamente no coletivo, haverá uma tentativa ou retomada da ideia de um bem comum, considerando que o ideal é buscar levar boas condições nas relações do grupo em que se pertence.

“—Olhe para estes velhos, inspector. Eles todos estão morrendo.
 —Faz parte do destino de qualquer um de nós.
 —Mas não assim, o senhor entende? Estes velhos não são apenas pessoas.
 —São o quê, então?
 —São guardiões de um mundo. É todo esse mundo que está sendo morto.
 —Desculpe, mas isso, para mim, é filosofia. Eu sou um simples polícia.
 —O verdadeiro crime que está a ser cometido aqui é que estão a matar o antigamente...
 —Continuo sem entender.
 —Estão a matar as últimas raízes que poderão impedir que fiquemos como o senhor...
 —Como eu?
 —Sim, senhor inspector. Gente sem história, gente que vive por imitação.” (A varanda do Frangipani—Mia Couto)

Os bens culturais, apesar de algumas vezes não contemplarem a totalidade de um mesmo grupo, terão sentido enquanto ressoarem entre alguns indivíduos, perdurando mesmo através do tempo enquanto resistirem os vínculos e os registros da passagem humana preservados - ainda considerando o fim derradeiro como parte natural do processo da história.

É importante destacar o caráter dinâmico da cultura, as mudanças ocorrem, em diferentes intensidades e visibilidades, motivadas por trocas, sincretismos, acontecimentos, que podem ocorrer de forma sutil, ou mesmo avassaladora. Faz parte desse processo a tensão entre a mudança e a permanência. (NÓR, 2010, p.57).

Apesar da gestão dos patrimônios materiais parecerem mais fáceis, por serem palpáveis, a sua preservação transcende ao aspecto físico, pois de nada adianta manter “paredes em pé” se não há comoção pelas sensações e propósitos que elas transmitiam, assim como a questão imaterial também está interligada com o espaço, as ferramentas e os meios de difusão, ou seja, com um aspecto material.

De tal modo que se reconhece que a essência cultural deva estar mais presente nas relações sociais e nas relações simbólicas do que nos objetos. Essa “desmaterialização” do centro de interesse é que origina e justifica a nova denominação – imaterial, ou intangível. Não implicando, no entanto, em que tais relações não possam estar também expressas de forma material. (...) É importante enfatizar que a denominação imaterial não significa uma referência a abstrações, em contraposição a bens materiais, mesmo porque, para que haja qualquer tipo de comunicação, é imprescindível um suporte físico. (NÓR, 2010, p.60 ibid p.61)

Para que se conservem os patrimônios, deve-se haver uma responsabilidade social e uma consciência comum. Estes princípios de coletividade revelam a ligação dos indivíduos com o objeto, o local ou a prática, o que resulta numa ação em prol do seu mantimento e do senso de pertencimento. Com isso em prática, pode-se alcançar uma melhor interatividade na comunidade e qualidade de vida para aquele lugar. A ação em conjunto para o bem daquilo que ecoa entre o coletivo, facilita para que o aspecto cultural tratado não desapareça.

No momento em que o patrimônio cultural, material ou imaterial, é exaltado por um grupo, o seu uso permite um “espaço” coletivo, pois a sua criação representa as necessidades coletivas da vida em uma comunidade.

A preservação deve ser dada em conjunto, seja permitindo outros usos para manter um edifício histórico ou a reprodução coletiva de uma dança para ser repassada adiante.

Em relação ao universo das políticas de patrimônio cultural, as identidades que estão sob foco são as identidades coletivas, ou seja, de pequenos grupos, segmentos sociais, comunidades, povos ou nações que se definem em relação a outros, tendo como base suas experiências e expressões sui generis. (VIANNA e TEIXEIRA, 2008, p.127).

A qualidade de vida é ligada ao que afeta positivamente diversos pontos de uma mesma comunidade, que representa e acolhe diferentes classes, ou seja, aquilo que é benéfico e transcende a cultura em específico, interessando, assim, a sua fomentação. Essa construção em conjunto, preservando o que é comum, propicia melhores relações sociais para um mesmo contexto urbano e suas relações com os aspectos tangíveis e intangíveis.

Vale ressaltar que o patrimônio não deve estar unicamente e exclusivamente conectado ao antigo, ao obsoleto, mas em uma memória que também é presente, se dissolve no cotidiano coletivo e é significativa para o futuro.

Não se trata mais de estabelecer um “valor de ancianidade” baseado na estetização do passado em que o que é mais tradicional é o mais antigo. Nem de ignorar que a materialização de uma performance cultural implica processos sensoriais e emocionais que ocorrem para/nos seus observadores (não existe performance sem público, ou seja, sem audiência que lhe assiste e a legitima). (VIANNA e TEIXEIRA, 2008, p.126).

O patrimônio trata das representações que compõem o imaginário social, ganhando sentido pela interação do passado com o contexto atual de modo a fortalecer os vínculos entre o grupo, a sociedade, o espaço, o tempo e o meio ambiente. É necessária a vivência, a experiência, os protagonistas para que esses sentimentos gerados confirmem os significados dos bens imateriais.

1922	Semana da Arte Moderna. Manifestação das idéias de Mario de Andrade a respeito do tema Patrimônio Cultural Imaterial.
1936	Elaboração por Mario de Andrade de orientações para implantar políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro.
1937	Criação da primeira instituição do governo brasileiro voltada para a proteção do patrimônio cultural do país: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).
1947	Surgimento da Comissão Nacional de Folclore e início dos estudos do Folclore e das manifestações culturais do país.
1958	Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, vinculada ao Ministério de Educação e Cultura.
1975	Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) é criado por Aloísio Magalhães.
1976	Criação do Instituto Nacional do Folclore, vinculado à Fundação Nacional de Arte (Funarte).
1979	Aparecimento da Fundação Nacional PróMemória, encarregada de implementar a política de preservação da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
1988	O Patrimônio Cultural é definido de modo amplo na Constituição Federal. É estabelecido o direito ao reconhecimento das manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e dos outros grupos que participam do processo civilizatório nacional.
1991	É instaurado o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) para proporcionar a captação e a canalização de recursos e fomentar a preservação dos bens culturais materiais e imateriais.
1997	O Instituto Nacional de Folclore é transformado em Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP).

1997	Realiza-se o Seminário Patrimônio Imaterial para discutir estratégias e formas de proteção, em Fortaleza, quando são analisados os instrumentos legais e administrativos de preservação dos bens culturais de natureza imaterial.
1998	Criação da Comissão Interinstitucional para elaborar proposta de regulamentação do Registro do patrimônio cultural imaterial e o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI) para assessorar esta Comissão.
2000	Desenvolvimento do instrumento técnico de Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), metodologia voltada à produção de conhecimento sobre bens culturais visando a subsidiar a formulação de políticas patrimoniais.
2000	Instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), mediante o Decreto nº 3551.
2002	Primeiro Registro de Bem Cultural Imaterial no Brasil: Ofício das Panelas de Goiabeiras/Vitória/ES.
2003	O CNFCP passa a integrar a estrutura do Iphan, mediante o Decreto nº 4.811, de 19 de agosto de 2003. DOU 20
2003	Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada na 32ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, em Paris, em 17 de outubro.
2003	No mês de novembro, em Paris, a arte gráfica dos índios Wajãpi é proclamada pela Unesco Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.
2004	Decreto nº 5040 cria o Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan (DPI) ao qual foi agregado o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP).
2005	É lançado o 1º Edital do PNPI em Brasília.
2005	Em Paris, o Samba de Roda no Recôncavo Baiano é proclamado pela Unesco Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.
2006	O Brasil ratificou a Convenção da Unesco sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial por meio do Decreto nº 5753.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

O patrimônio, tangível ou intangível, é ressignificado no instante que se ultrapassa a visão etnocentrista e nos acercamos da pluralidade cultural existente, não se restringindo, assim, às individualidades, por exemplo, da Igreja Católica no Brasil, que norteou grande parte do entendimento das tradições.

Assim, a cultura pode ser definida como o conjunto de características distintas, espirituais e materiais, intelectuais e afetivas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social, que engloba, além das artes e letras, seus modos de viver, sistemas de valor, tradições e crenças. (...) Pode-se entender por cultura, o processo pelo qual o homem atribui sentidos ao mundo e interage com a realidade. (NÓR, 2010, p.57).

As tradições, os hábitos e conhecimentos conquistam um novo olhar para as suas respectivas potencialidades patrimoniais dentro das relações sociais, agregando valor identitário aos aspectos culturais imateriais, onde, segundo Vianna e Teixeira (2008, p.121), “não só os ícones de uma cultura oficial católica são declarados patrimônio cultural da nação, mas toda uma gama de fatos culturais de diferentes tradições torna-se potencialmente patrimonializada.” Assim, é através do interesse pelo folclore nacional que movimentos começaram a surgir a fim de pesquisar, documentar e fomentar as práticas culturais.

A legislação brasileira relativa à salvaguarda e proteção do patrimônio cultural tem-se desenvolvido desde, pelo menos, a primeira metade do século 20. Nasceu quando a melancolia perante à ameaça de desaparecimento das tradições e identidades culturais frente à cultura de massa – típica do romantismo – foi sendo substituída pela pragmática moderna de criação de jurisprudência e políticas com o objetivo de desenvolver meios de controlar e encaminhar solução para as questões, tensões e conflitos de interesses na área. (VIANNA, 2004, N.P).

Conceituar patrimônio imaterial é condição primeira para nosso intento, pois o alcance de entendimento no senso comum carece de um processo anterior de experiências válidas e afetivas, ou seja, o conceito de patrimônio cultural imaterial deverá ganhar forma e conteúdo para uma determinada comunidade, tornar-se fato dialogado e vivenciado.

Desta forma, segundo Costa (2017, p.142), “a situação de presumível vulnerabilidade social, econômica, ambiental e cultural, fez com que a Constituição de 1988 ampliasse a proteção dos direitos fundamentais a outros grupos sociais historicamente excluídos da garantia de benefícios sociais e recursos materiais para sobrevivência mínima, existência digna e continuidade de suas práticas e especificidades culturais.”

Sendo assim na formulação do conceito, e da política de patrimônio imaterial consideradas como base de nosso estudo, como traz Vianna e Teixeira (2008, p.123), estão sob a orientação de “duas tendências, a de patrimonialização da cultura material e a de defesa do folclore”, fonte de fomento em fóruns internacionais, sobretudo a Unesco.

O percurso do método jurídico de patrimonialização no âmbito imaterial no Brasil tem início no contexto dos anos de 1930, em que se desvendava percepções sobre as culturas populares. Com autoria de Mário de Andrade em 1936, é criado o anteprojeto de uma instituição pública destinada à proteção do patrimônio cultural, mas ainda sem distinção entre material e imaterial.



a.



b.



c.

- a. tradições docieras da região de Pelotas
b. toque dos sinos em Minas Gerais
c. Tava, lugar de referência para o povo guarani

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

A criação do novo termo “bem cultural de natureza imaterial” junto do projeto modernista de Mário de Andrade representou uma superação ao pensamento que dominou no primeiro momento de que o patrimônio estava prioritariamente relacionado aos bens materiais e elitistas, na concepção “pedra e cal”. Seria o momento de recriar e recuperar o conceito de patrimônio cultural, transcender a esfera das igrejas, casas-grandes, fortes e palácios para incluir os aspectos populares, indígenas e afro-brasileiros, ou seja, “ampliar nossa visão do patrimônio cultural, e incluir os excluídos na cultura oficial do país”, como revela Souza (2010, p.149).

a princípio, as leis e decretos destinados à proteção e tombamento do patrimônio histórico brasileiro preteriram os bens culturais de etnias não-europeias, que foram partícipes do processo de formação da identidade nacional. No entanto, as políticas públicas de preservação adotadas nas últimas décadas do século XX pautaram-se pela ampliação do conceito de patrimônio, atualmente compreendido como os bens de caráter natural, imaterial e material (móvel ou imóvel). (PELEGRINI, 2008, p.151).

Valores imateriais, como os saberes indígenas milenares que são passados de geração para geração através da oralidade ou as suas construções que são realizadas no intuito de acompanharem a durabilidade natural diante do tempo, eram vistos de forma preconceituosa. Sendo assim, a associação do tangível com a “cultura das elites” e do intangível com aspectos populares, como por exemplo a construção de pedra e cal *versus* construção de palha, transmitia a circunstância de que patrimônio se relaciona apenas com o material durável.

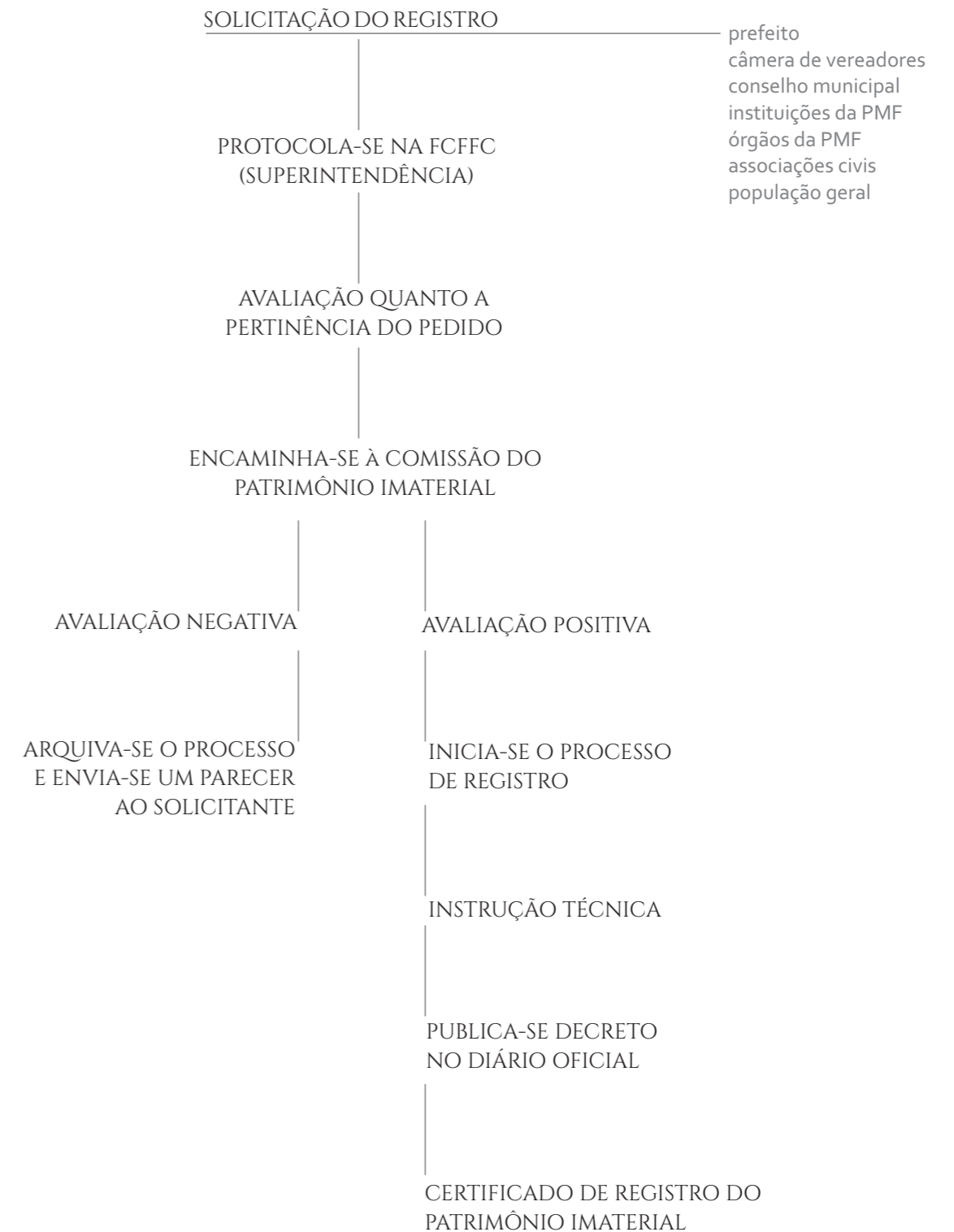
os parâmetros de monumentalidade, excepcionalidade e mesmo de materialidade foram ampliados, ou superados, e o campo dos bens elegíveis à categoria de patrimônio alargou-se a ponto de abarcar, potencialmente, as expressões culturais de todos os povos, abrangendo o vernacular, o cotidiano e também a imaterialidade. (NÓR, 2010, p.60)

A partir disso passou-se a defender uma compreensão mais ampla do patrimônio, incluindo os eventos mutáveis, dinâmicos e criativos, para alcançar uma política cultural que compreenda a pluralidade étnica, social e democrática.

Apesar do projeto não ter sido aplicado, suas ideias se propagaram fornecendo estrutura para a concepção do Isphan, hoje IPHAN, e, em 1970, cria-se o Inventário Nacional de Referências Culturais, motivado por Aloísio Magalhães, compartilhando, até então, o que se entendia como patrimônio cultural.

O registro do patrimônio imaterial se deu através da criação do Decreto-lei n.3.551 no final dos anos 1990, que foi assinado por Fernando Henrique Cardoso em 2000 e trás o procedimento dos Livros de Registros dos bens imateriais.

Os livros de registros englobam quatro dimensões do patrimônio imaterial: **Saberes, Celebrações, Lugares e Formas de Expressão**, motivando instrumentos de identificação, proteção e salvaguarda. Assim, para que seja realizado o registro de um bem, a instituição pública ou privada que o propõe deve realizar a descrição do bem, indicando todas as características relevantes e com toda a documentação possível.



Em cada livro é exposto um tipo de catalogação para os bens imateriais e considerados importantes para a cultura, memória e identidade do seu grupo social pertencente.



O **Livro de Registro dos Saberes** apresenta saberes relacionados ao cenário de um coletivo, ou seja, são conhecimentos tradicionais associados a atividades realizadas por conhecedores de técnicas, ofícios e matérias-primas que se relacionam com a identidade de um grupo social. A pesca artesanal da tainha, por exemplo, é um patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina registrado neste livro.



No Livro de **Registro das Celebrações**, em que se encontra a Procissão do Senhor dos Passos em Florianópolis, são apontados ritos e festividades que marcam a vivência coletiva de um grupo e acontecem em lugares específicos, podendo estar relacionados à religião, aos ciclos do calendário e outros. São eventos diferenciados de sociabilidade em que se realizam práticas complexas com regras próprias relacionadas a preparação, vestuário, consumo de comidas e bebidas, papéis e outros.



Já no **Livro de Registro das Formas de Expressão**, são reunidas as manifestações artísticas musicais, plásticas, cênicas, literárias e lúdicas. Elas sugerem uma comunicação associada ao grupo e são desenvolvidas por atores sociais reconhecidos pela comunidade, ligadas a normas, expectativas e padrões de qualidade. Nele está registrada a manifestação cultural do Boi de Mamão.



Por fim, o Livro de **Registro dos Lugares** apresenta as praças, feiras, mercados e santuários que concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. Assim como a Cachoeira de Iauaretê (Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri), são lugares focais da vida social de uma localidade, no qual as características são reconhecidas e tematizadas através de narrativas e representações simbólicas.

Havendo o registro em um dos livros ou não, preservar os bens é garantir o direito de todo indivíduo em escolher as suas práticas culturais.

A proteção dos bens culturais é feita pelo Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) através de políticas de salvaguarda, no qual o IPHAN é o responsável pela execução, e possui no processo a realização de identificação, reconhecimento e fomento desses bens. Além disso, conforme prevê a Constituição Federal de 1988,

Artigo 216 § 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.



a.



b.



c.

a. festa do Divino Espírito Santo de Paraty
b. literatura de cordel
c. ofício das baianas de acarajé

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

O IPHAN, com as maneiras de salvaguarda propostas, tem o intuito de responder os coletivos detentores do bem cultural de forma a atender o contexto sociocultural em que se insere e, por conta disso, a comunidade em questão recebe o posto protagonista, atuando diante de uma gestão participativa, ou seja, o instituto trabalha em conjunto com os grupos para desenvolver ações e planos de salvaguarda.

A salvaguarda de um bem material ou imaterial só tem sentido se esse patrimônio for reconhecido pela comunidade, se estiver relacionado ao sentimento de pertença desse grupo e incluso na sua dinâmica sociocultural. (PELEGRINI, 2008, p.149).

O reconhecimento local pela comunidade tem relevância para contribuir com a proteção do bem imaterial de forma mais efetiva nas políticas e programas em áreas como educação, meio ambiente, desenvolvimento local, saúde e outros. Com esse método de preservação se projeta a reunião de valores culturais que possuem importância na composição da sociedade, com peso na formação e no mantimento da memória e identidade coletiva.

Os primeiros bens registrados no Brasil foram o ofício das paneleiras de Goiabeiras, no Livro dos Saberes, e a Arte Kusiwa de desenhos corporais dos Wajãpi, no Livro das Formas de Expressão e, segundo o Iphan, até 2018 foram registrados mais de 40 bens imateriais pelo país.

No Plano de Salvaguarda da Arte Kusiwa, por exemplo, envolve a valorização do patrimônio na esfera externa e interna, sendo a externa relacionada a campanhas de sensibilização e informação, e a difusão dos patrimônios imateriais dos Wajãpi e de outros povos indígenas da mesma região, para que assim se possa conscientizar os não índios e diminuir o preconceito contra os povos indígenas. No âmbito interno, inclui-se trabalhos como a produção de um inventário participativo, ou seja registros e pesquisas desenvolvidas pelos próprios Wajãpi, produção de livros e filmes pelos Wajãpi para suas próprias comunidades, formação dos mesmos para a gestão de seu patrimônio cultural e pesquisas realizadas por esse grupo.

Após o registro desse bem cultural, houveram diversos apoios para a prática da salvaguarda, através do IPHAN, Petrobras Cultural, Latin American Studies Association (LASA), da UNESCO, Museu do Índio/Funai e Coordenação Geral de Educação da Funai e Coordenação de Educação Indígena do MEC. Com isso, dentre as conquistas relacionadas destaca-se a implantação e estruturação do Centro de Formação e Documentação Wajãpi, localizado na Terra Indígena Wajãpi; produção coletiva e realização da exposição A roça e o Kahbe: a produção de farinha de mandioca no Oiapoque, no Museu Kuahi dos Povos Indígenas do Oiapoque; e produção e impressão de publicação de autoria dos pesquisadores Wajãpi, intitulada Ka'a rewarã, dentre várias outras publicações na língua Wajãpi.

O registro como instrumento, ao contrário do método relacionado ao patrimônio material,

pressupõe dinâmica e variedade de formas e significados. A pesquisa acadêmica e documental para garantir a possibilidade de reconstrução futura da expressão é apenas um lado da política de salvaguarda do patrimônio imaterial. O foco está, sobretudo, na valorização e garantia objetiva das condições concretas para a realização dos processos de produção, e não nos produtos culturais propriamente; na garantia das condições e motivações de “performar”, no aqui e agora específico do ato concreto de (re) criação, expressão e comunicação – performance, ação fugaz, autêntica porque única, não obstante ter referências em matrizes e sistemas simbólicos definidos que são, naquele ato, reproduzidos ou questionados. (VIANNA e TEIXEIRA, 2008, p.124).



a.



b.



c.

a. paneleiras de Goiabeiras
b. arte kusiwa de desenhos corporais dos Wajãpi
c. samba de Roda do Recôncavo Baiano

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Assim, com o esforço de salvaguardar o patrimônio imaterial, os inventários surgem para reproduzir o que se tem a respeito dos bens culturais em relação às necessidades da sociedade e os registros, então, para garantir o reconhecimento público por parte do Estado.

A patrimonialização no campo intangível supera a rigidez que pode ser encontrada no processo de tombamento para o patrimônio tangível, pois além de assegurar o contínuo conhecimento de geração para geração, também se intenciona a constante recriação pelos coletivos em função do espaço que o mantém, ou seja, assegurar o patrimônio imaterial também é permitir a recriação, como expressam Vianna e Teixeira (2008, p.128), "garantir condições de praticar e transmitir com liberdade".

Na tentativa de refletir sobre a preservação desses bens em questão, chamamos a atenção para o fato de que a patrimonialização de bens imateriais não diz respeito somente ao registro e à tentativa de preservação dos costumes, dos modos de fazer e saber de um grupo ou comunidade, mas significa uma intervenção em todo um conjunto de relações concreta e imediatamente vividas por esses grupos e comunidades. (COSTA e CASTRO, 2008, p.127).

Do mesmo modo que os aspectos culturais são recriados, é necessário que a legislação acompanhe as mudanças e continue estimulando os direitos dos coletivos que atuam sobre determinada tradição popular por meio de medidas que possam viabilizar de forma efetiva a salvaguarda. Sendo assim, proteger é reconhecer os valores de forma coletiva.

Do mesmo modo que os aspectos culturais são recriados, é necessário que a legislação acompanhe as mudanças e continue estimulando os direitos dos coletivos que atuam sobre determinada tradição popular por meio de medidas que possam viabilizar de forma efetiva a salvaguarda. Sendo assim, proteger é reconhecer os valores de forma coletiva.

patrimônio invisível

Diante das transformações da sociedade, práticas surgem conforme a necessidade e em conjunto com novas características sociais. Assim, os bens culturais de um coletivo também são representados por tradições que estão em processo de construção, mas que já percorrem o cotidiano dos indivíduos.

Neste trabalho, pretende-se evidenciar também os costumes, saberes e eventos mais recentes, que ainda possuem um reconhecimento pontual e local, chamados neste trabalho de *patrimônio invisível*.

O termo invisível é usualmente empregado para designar os aspectos culturais das comunidades menos valorizadas, como da população indígena e afro-brasileira. Para as propostas deste trabalho, além desta associação, será tratado como *patrimônio invisível* todo aquele que não é, ainda, reconhecido legalmente e registrado por alguma das instâncias.

Com a trama da renda da terra,
Que a rendeira rebate e retorce e
pontilha os espinhos,
Na ânsia de endurecer a graça
petulante de uma traça,
no afã de alinhar mais o trocado
do ponto de filó,
e sai tão fina, tão delicada,
tão perfeita,
que vocês,
mandam buscá-la aqui, na
barraquinha anônima das várzeas,
para ostentá-la, depois,
no meio do seu luxo...

Renda da terra - Rachel de Queiroz



a.



b.



c.



d.

- a. roda de capoeira
- b. frevo
- c. modo de fazer queijo de minas
- d. carimbó

A memória, mesmo sendo algo particular de cada indivíduo, é afirmada pelas vivências sociais dentro de um coletivo. A partir desta memória, se constrói os sentimentos de identidade e de pertencimento que são concebidos através de experiências, lugares e pessoas. Sendo assim, a combinação das relações sociais com os elementos físicos, arquitetônicos e sensoriais permite a concretização de uma memória coletiva.

Há sempre uma troca entre memórias individuais e memórias coletivas: a construção das memórias se constitui tanto do que se apreende das lembranças individuais e se transferiu para a esfera social quanto do que se ensaiou na esfera social e se reexportou para a memória individual. (COSTA e CASTRO, 2008, p.129).

Assim, a identidade social de um grupo ganha significado, e é ressignificada, através da memória coletiva que se forma pelas vivências em um determinado lugar, isto é, em diálogo com componentes materiais e imateriais da paisagem, atingindo um valor simbólico para a comunidade. Segundo Bielschowsky e Pimenta (2014, p. 178, apud CONCEIÇÃO e RIOS, 2021, p.06), a memória urbana “é o estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar”.

O espaço urbano é um recurso valioso. Nele se estabelecem relações, interações, sociabilidades, estranhamentos, práticas sociais entre os indivíduos que por ele circulam e que nele vivem. Cada indivíduo, cada concorrente deste espaço, busca por uma certa porção deste que possa ser considerado por si provisoriamente um lugar próprio. Esta busca por um lugar próprio nada mais é do que um indício sobre as relações identitárias que tecemos dia após dia com o espaço que nos cerca. (CONCEIÇÃO e RIOS, 2021, p.05)

Proteger a memória coletiva não é apenas buscar entender a sua existência, mas também garantir que esse grupo sobreviva, ou seja, não perca o senso de pertencimento. Assim, como retratam Costa e Castro (2008, p.130), “se desejamos preservar essas memórias temos que compreender a existência e a própria sobrevivência desses grupos.”

As comunidades, em constante evolução, estão vulneráveis a terem suas memórias oscilando entre lembranças e esquecimentos, susceptíveis, assim, a enfraquecer a identidade do grupo, desta forma, mencionando Nór (2010, p.78) “quando as memórias que guardam a história e a cultura da cidade desaparecem, é a própria cidade que desaparece”. Sendo assim, o registro dessas características permitem a reconstrução de vivências com suas paisagens, mas, incompleta, pois a memória atua no presente e está sempre disposta a transformações. Como escreveu Costa e Castro (2008, p.130), “a preservação desses bens deve se dar de forma que cada indivíduo possa inscrever nela sua representação, sua contribuição, sua versão, permitindo o sentimento de pertença e de implicação.”

Contudo, por mais que haja uma redução na realização de tradições e costumes, dificilmente se alcança a perda total de uma memória, pois as práticas estão ressignificadas no cotidiano e sendo cada vez mais exaltadas pelas novas técnicas. Segundo Conceição e Rios (2021, p.07), ao referenciar Bielschowsky e Pimenta (2014), “é ainda mantendo vivos os signos e as atividades de um lugar, mesmo que se sujeitando à ação do tempo, que a dinâmica da vida do local pode permanecer viva.”

Os símbolos significativos para o coletivo fazem menção ao imaginário urbano em que as imaterialidades de lugares e experiências são materializadas e, assim, ganham visibilidade como bens patrimonializados. Com isso, denomina-se patrimônio imaterial as memórias urbanas que evidenciam-se ao longo das práticas, tornando-as necessárias ao longo das gerações.

Os mitos, as lendas, os contos, as cantigas são fragmentos visíveis entre acontecimentos lembrados e acontecimentos vividos pelo grupo e como registros de experiências vivenciadas, são bens simbólicos que ancoram o bem imaterial patrimonializado. As memórias coletivas se materializam através desses bens simbólicos que ao serem exteriorizadas, seja por meio da oralidade ou das inscrições, agem como um operador de socialização nas atividades coletivas desenvolvidas pelo grupo. (COSTA e CASTRO, 2008, p.126).

Para garantir a vitalidade de um patrimônio e sua conservação, requer-se que se priorize as emoções transmitidas pelas memórias, sendo essenciais no ato de ressignificá-los ao longo do tempo. Além disso, é necessário que se mantenham na lembrança de um todo, ou seja, nas memórias de cada indivíduo em um coletivo.

Os saberes e costumes devem percorrer como patrimônio, fisicamente ou não, os indivíduos para que siga fazendo o mesmo sentido. Sendo assim, a preservação do bem, mesmo que representando um grupo, se constrói com a participação individual de cada um, com contribuições particulares e vivências pessoais, o que justifica a concepção de pertencimento gerada por esse bem.

Embora as origens dessas festas se percam nos milênios, cada uma delas só existe como prática no momento presente. Uma procissão existe durante a procissão e, a cada nova edição é uma recriação. Não há conservação, mas vivência, que modifica a cada instante. (PELEGRINI e FUNARI, 2006, p.87).

Registrar o patrimônio é esforçar-se para que as pessoas se sintam pertencentes a tal lugar e, para isso, as políticas culturais devem preocupar-se em atender a diversidade cultural e não limitar as maneiras de propagação dessas práticas.

Ao refletir sobre as mudanças ao longo tempo, os avanços e as inovações, chama-se a atenção cada vez mais aos aspectos relacionados à memória, identidade e patrimônio. Diante das políticas de preservação ao patrimônio, não se deve negar, como indicam Costa e Castro (2008, p.130), que “as políticas culturais em prol da preservação desses bens devem ampliar as concepções de vida sem excluir a diversidade cultural e sem modelar a forma de preservação das lembranças, desqualificando as formas de passar conhecimentos e saberes tradicionais que marcam a construção das memórias coletivas e individuais nessas comunidades”, devido a amplitude da pluralidade cultural não se deve exigir um molde específico para que se preservem as lembranças, ou seja, ignorar todas as formas de transmitir os saberes tradicionais.

A *representação*, no seu significado, traz a forma concreta do que é absorvida por meio da imaginação, do pensamento, da memória e dos sentidos. Assim, quando esse conhecimento faz parte da vida cotidiana das pessoas por meio do senso comum, ou seja, concebido socialmente na medida que interpreta a realidade, cria-se a *representação social*.

Uma *representação social*, como defende Jodelet, é descrita como uma forma prática de comunicar um conhecimento com objetivo de assimilar o contexto social vivido. Essa comunicação é feita por meio de elementos cognitivos, mas não se restringindo apenas a eles.

Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação. Deste modo, as representações são, essencialmente, fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção. (SPINK, 1993, p.300).

Diante de um contexto, a estrutura social de um grupo é “compartilhada pela consciência do senso comum, porque se refere a um mundo que é comum a muitos indivíduos”, como escreve Alexandre (2004, p.128), isto é, através das relações sociais e interações no espaço.

Sendo assim, o que é representado pelo coletivo, seja por imagens, teorias ou atividades, tem função simbólica para demonstrar o meio em que se insere, permeando as noções individuais e em grupo. Ao se revelar diante de um grupo, conforme Spink (1993, p.301), “como elementos coletivos, comunicados repetidamente e distribuídos igualmente numa determinada formação social”, se alcança, então, as representações culturais. Assim, se revela uma

teia de significados que sustenta nosso cotidiano e sem a qual nenhuma sociedade pode existir. (SPINK, 1993, p.303).

Além, e concomitantemente, da transmissão de conhecimento, a *representação* também está relacionada com o ato de representar-se, ou seja, se colocar pertencente a este evento. A partir disso, a representação cultural requer a expressão de cada indivíduo dentro de um grupo em que se gera a identidade e pertencimento de todos com esses símbolos. Desta forma, se interpretada a realidade por meio de uma visão coletiva, pois “somos atores sociais engajados na construção de identidades funcionais que nos permitem negociar as relações sociais.” (SPINK, 1993, p.303).

O indivíduo à medida que se forma como sujeito social, também constrói - e se constrói - as representações nas suas vivências, manifestando os sentimentos individuais, o afeto. Segundo Jodelet (1989), “as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais, sociais, integrando a cognição, a linguagem e a comunicação às relações sociais que afetam as representações sociais e à realidade material, social e ideativa sobre a qual elas intervêm” (apud SPINK, 1993, p. 304).

Ao identificar a representação como representação da realidade, tornamos as práticas em questão essenciais ao que ocorre no cotidiano deste grupo, pois narra, de maneira simbólica ou factual, aquilo que faz parte da estrutura social nas “palavras” dos próprios praticantes.

As representações sociais, portanto, são tanto a expressão de permanências culturais como são o locus da multiplicidade, da diversidade e da contradição. Dito de outra forma (...), as representações sociais são campos socialmente estruturados na interface de contextos sociais de curto e longo alcances históricos. (SPINK, 1993, p.305).

Conforme as representações realizadas, em meio a um coletivo, ganham ressonância nas gerações, ou seja, não perdem seu sentido diante da identidade do grupo, denomina-se, assim, conforme a autora, de *imaginário social*, que é:

o conjunto cumulativo das produções culturais que circulam numa determinada sociedade sob formas as mais variadas: iconografia, literatura, canções, provérbios, mitos. (SPINK, 1993, p.305).

Por meio do entendimento deste imaginário social, é possível compreender a identidade cultural de um coletivo, de forma a encontrar suas características, seus valores, suas origens e particularidades do cotidiano e principalmente sua forma de comunicá-la. Com isso, as representações resultantes das relações sociais tendem a aproximar as semelhanças entre os indivíduos para que se reconheçam como um grupo e, à medida em que essas semelhanças se tornam significativas, se constrói uma cultura.

Para afirmar uma identidade comunitária, a sociedade está em constante relação com o lugar, a paisagem, a arquitetura, os costumes e as tradições. Construir edificações ou visões, aspectos materiais ou imateriais, assim como reconstruí-las com o passar do tempo, fazem parte do imaginário social, do mantimento dessa cultura.

A criação em coletivo dos aspectos tradicionais é algo relacionado tanto ao passado quanto ao presente e o futuro, pois o envolvimento atual dos indivíduos no ato da prática é tão importante quanto valorizá-la no seu passado. Assim como apontam Vianna e Teixeira (2008, p.126), é necessário um público, uma audiência, para legitimar a “performance cultural”, como é chamado o acontecimento pelo autor, que é materializada num dado momento e estimula processos sensoriais e emocionais. “Isso acontece porque a tradição tem a capacidade de fundir o desejo com a emoção. Desejo do sujeito de experimentar, em seu corpo, sua sensibilidade e seu raciocínio.”

O patrimônio, na sua essência, apresenta as representações humanas resultantes da criatividade e da variedade de vivências dentro de uma cultura. Sendo assim, as práticas tradicionais denominadas patrimônio imaterial são evidenciadas “em cada recriação singular e expressiva de um aqui e agora vivido pelo cidadão – em cada performance”, como escrevem Vianna e Teixeira (2008, p.127).

Para que exista patrimônio é necessário que ele seja reconhecido, eleito, que lhe seja conferido valor, o que se dá no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou do evento em si. (Poulot, 1997, n.p. apud Ferreira, 2006, p.79).

A sociedade se relaciona com o patrimônio através do vínculo afetivo resultado das memórias oriundas do passado. Isso, além de fortalecer a sua identidade, surge também na necessidade constante de afirmar as suas raízes. Dessa maneira, as políticas públicas voltadas à patrimonialização devem impulsionar a relação da sociedade diante dos meios de salvaguardar, pois é do interesse público e dos responsáveis pelas práticas culturais. Como diz Vianna (2004, n.p), “a mobilização na sociedade é condição fundamental para que qualquer legislação e política pública tenha eficácia, pois Estado e sociedade são co-responsáveis na proteção do patrimônio nacional.”

Os modos de preservação ao patrimônio devem priorizar os sentimentos e intenções do coletivo em questão antes de qualquer coisa, encorajando as memórias e expectativas do grupo para que, assim, não sejam abandonadas.

Aspectos culturais presentes em Florianópolis.

Tradição das benzedeadas

Fonte: página virtual S&DS



Fenaostrá

Fonte: acervo Portal da Ilha

Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes

Fonte: página virtual NSC



Procissão do Senhor Jesus dos Passos

Fonte: acervo FCFFC

Escola Os Protegidos da Princesa

Fonte: divulgação ND



Pesca artesanal da tainha

Fonte: página virtual Vive Flóripa

Artesanato

Fonte: acervo FCFFC



Farinhada do Divino

Fonte: acervo Prefeitura de Florianópolis

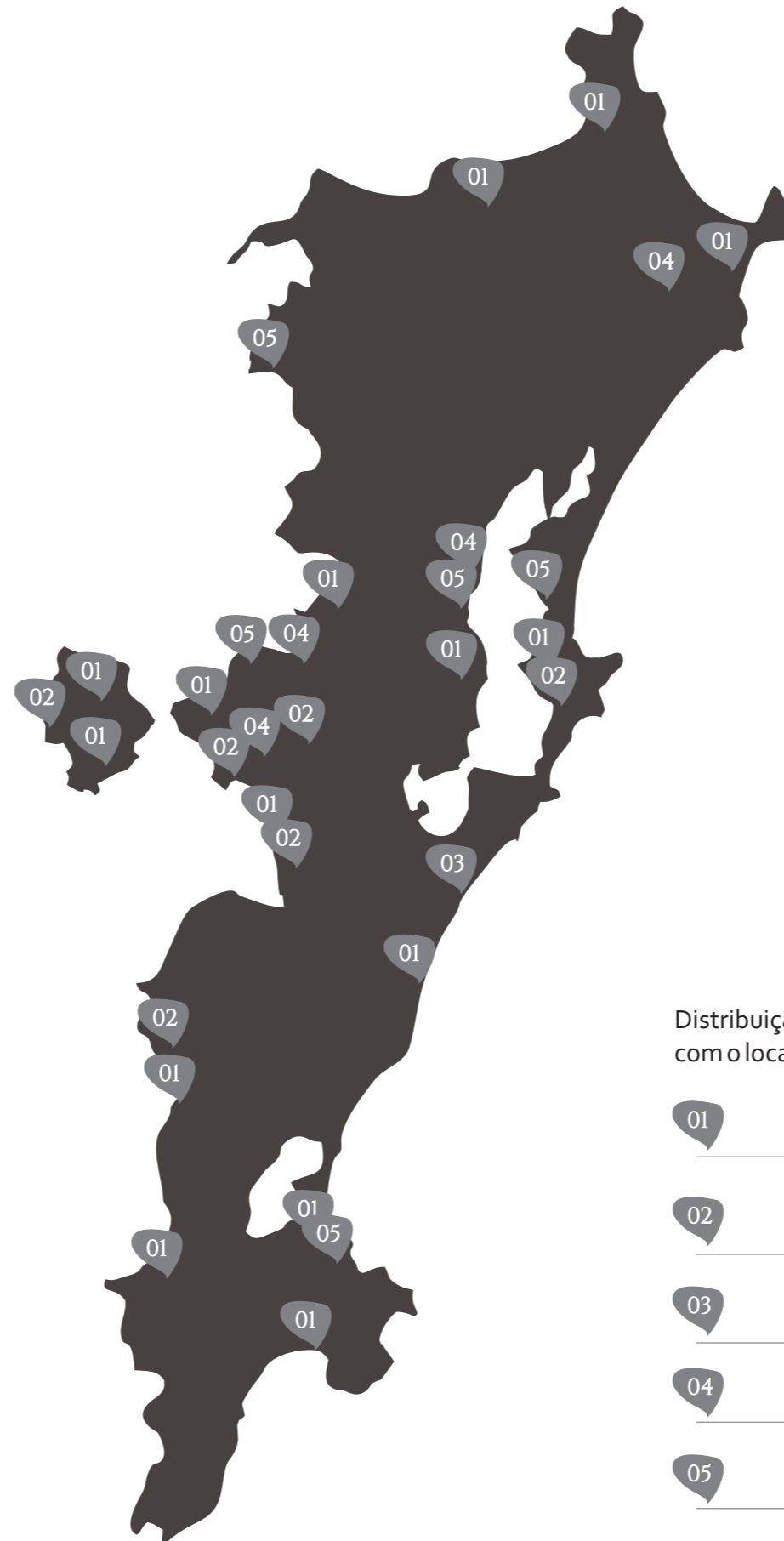
Produção de baleeiras

Fonte: acervo do projeto Baleeiras da Ilha



Pau-de-fitas

Foto: Pablo Pinheiro



Distribuição no mapa de forma ilustrativa com o intuito de relacionar alguns aspectos com o local de origem ou de maior potencialidade:

- 01 — localização das benzedeadas
- 02 — escolas de samba
- 03 — pesca artesanal da tainha
- 04 — engenhos de farinha
- 05 — localização das Baleeiras

Aspectos culturais presentes em Florianópolis.



Distribuição no mapa de forma ilustrativa com o intuito de relacionar alguns aspectos com o local de origem ou de maior potencialidade:

- 06 — alguns cenários dos contos de Franklin Cascaes e outros autores
- 07 — grupos de Boi de Mamão
- 08 — atividades com a renda de bilro
- 09 — grupos que fazem parte do Evento de Encontro de Terno de Reis
- 10 — bandas musicais civis centenárias

Festas do Divino Espírito Santo
Fonte: acervo FCFFC



Grafismo indígena
Fonte: acervo pessoal

Produção de olarias
Fonte: página virtual da ceramista Suzete Herrmann



Histórias de Franklin Cascaes
Foto: Diogenes Pandini

Boi de Mamão
Fonte: acervo Prefeitura de Florianópolis



A Renda de Bilro
Fonte: acervo UFSC

Berbigão do Boca
Fonte: página virtual Berbigão do Boca



Banda da Lapa
Fonte: página virtual Banda da Lapa

Terno de Reis
Fonte: acervo FCFFC



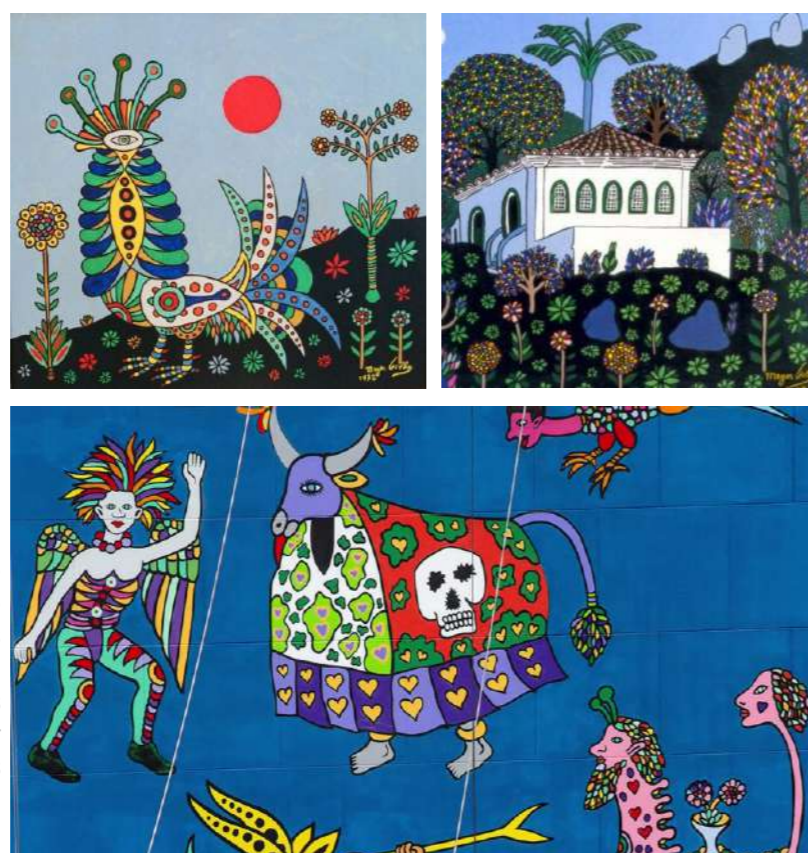
Batalha das Minas
Fonte: acervo Cotidiano UFSC

Florianópolis recebe uma rica identidade cultural da colonização açoriana a partir da implantação geográfica de suas freguesias e pela população de imigrantes. Por meio das três principais matrizes étnico/raciais da cidade - indígenas, negros e açorianos - suas heranças são evidenciadas na arquitetura, nas tradições folclóricas e no espírito coletivo dos moradores.

A tradição cultural legada pelos açorianos é permeada por dois fatores determinantes: a relação com o mar, pela pesca, como instrumento de vida e morte e a religiosidade profunda, um cristianismo fundamentalista católico, algo próximo das crenças medievais, dando vida a uns mundos fantásticos, povoados de santos e demônios, onde a magia e bruxaria são realidades palpáveis e interferem no cotidiano de cada um, especialmente nas localidades afastadas do centro da cidade, as antigas freguesias. (MAKOWIECKY, 2005, p.01)

A Ilha da Magia, como é conhecida a cidade, se fortalece diante de vários costumes, possuindo hoje alguns patrimônios imateriais registrados tais como a procissão do Senhor Jesus dos Passos, as festas do Divino Espírito Santo, o terno de reis, o boi de mamão e a pesca artesanal da tainha. Porém a diversidade de aspectos tradicionais na cultura manezinha vai muito mais além dos bens com registro. Isto é, cada região da capital foi se desenvolvendo com características únicas, mas que se complementam em um todo: a cidade de destino de qualquer turista.

A cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, é popularmente conhecida pela alcunha de "Ilha da Magia". Este título lhe foi atribuído durante seu processo de modernização, "num apelo que procurava realçar prioritariamente suas belezas naturais, a qualidade de vida e o lazer, foi uma forte alavanca imagética para projetá-la nacional e internacionalmente" (CASTELLS, 2014, p.175, apud CONCEIÇÃO e RIOS, 2021, p.03)



Meyer Filho foi um artista plástico natural de Florianópolis e representou em grande parte de suas obras a herança açoriana. Suas pinturas foram marcadas pelos galos portugueses, paisagens com casas coloniais e elementos folclóricos, como o boi de mamão. O pintor desfrutou do cenário da cidade com suas tradições ligadas ao fantástico ilhéu de forma alegre, lúdica e com bom humor.

Dentre as tradições da famosa Ilha, encontramos elementos entrelaçados tanto à religião quanto à natureza local e às fantasias, e são com essas particularidades que a cidade gera um vínculo afetivo com os moradores e viajantes. Ao mesmo tempo que esses costumes são recriados, a cultura também recebe novos protagonistas, novas tradições e a cidade segue se reinventando conforme as gerações.

Além da importância dos aspectos culturais para o turismo, a fim de sustentar a economia local, é necessário o reconhecimento e cultivo dos mesmos por parte da comunidade para que, assim, continuem apresentando sentido e se ressignificando. Sendo assim, mesmo que apenas presente nas memórias dos moradores de Florianópolis, as práticas culturais pretendem seguir representando a identidade local à medida que os indivíduos reconstróem seus significados e sintam-se vinculados a elas.

Resultado das práticas e representações simbólicas construídas por determinada coletividade humana, a cultura popular é permanentemente reelaborada de maneira a absorver as novas experiências compartilhadas na vida social. Assim, ocorre a combinação da permanência de certas tradições antigas com a inovação das novas influências, o que lhe confere caráter dinâmico. A cultura popular é portadora de significados complexos que precisam ser reconhecidos e estudados em profundidade e daí se entender o termo "Ilha da Magia" como o preferido do público, para o slogan da ilha. (MAKOWIECKY, 2005, p.02)

Com relação aos hábitos, eventos e tradições peculiares de cada canto da cidade, há muitos que só ganham conhecimento dentro de seu grupo praticante e, algumas vezes, não são reconhecidos e valorizados pelo restante da ilha. Tais aspectos, chamados aqui de *patrimônios invisíveis*, são relevantes tais quais aqueles reconhecidos pelo Estado, pois são através desses bens que encontramos o imaginário social e no qual Florianópolis se constrói e reconstrói.

CONVITES

A proposta deste trabalho nasce de uma perspectiva sensível da cidade, motivada por vivências pessoais e curiosidades, com a intenção de gerar um efeito nela mesma. Desta forma, se estabelece a construção de três *convites*, sendo assim denominadas as partes em razão do significado da própria palavra - "solicitação da presença ou participação de alguém em algo; convocação".

Com o intuito de atingir a aproximação com a comunidade e expor a temática dos bens intangíveis para que recebam seus devidos valores, o primeiro convite é a elaboração de uma intervenção urbana de maior escala, o **Espaço da Memória Viva**, que é configurado dentro do contexto urbano como um cenário que permite diversas potencialidades. O segundo convite é desenhado através de uma manifestação em menor escala, a criação e distribuição de um **totem** em diversos pontos da cidade de Florianópolis e que proporciona um circuito. E, então, o terceiro convite é no contexto virtual-QRcode em que se propõe completar as outras duas partes através de uma plataforma com conteúdos que podem ser oferecidos sobre os aspectos culturais da cidade.

CONVITE 1

O local escolhido para a implantação da intervenção se encontra na região do centro e em frente ao Terminal Cidade de Florianópolis (também conhecido como Terminal Velho, Terminal Antigo). A região, construída nos anos 1970 sobre parte do grande aterro, tem grande potencial mediante seu entorno pulsante durante dia e noite, caracterizado por diferentes etapas da história da cidade e de soluções relacionadas ao aterro e ao patrimônio pelo poder público.

Com o objetivo de integrar-se no contexto da região, a proposta urbana se conecta pela proximidade a diversos outros espaços e construções no âmbito da cultura e do patrimônio, reforçando o que já está presente no centro e ressaltando, por exemplo, os seguintes deles:



Casa da Alfândega



Museu Victor Meirelles



Galeria de Arte Pedro Paulo Vecchietti



Ponte Hercílio Luz



Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito



Mercado Público Municipal



Museu de Armas (Forte de Santana)



Museu da Escola Catarinense



Palácio Cruz e Sousa



Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência



Teatro Álvaro de Carvalho



Casa José Boiteux



Catedral Metropolitana de Florianópolis



Casa da Memória Annita Hoepcke da Silva



Escola Silveira de Souza



Teatro da UBRO



Capela do Menino Deus

O terreno, disposto na avenida Paulo Fontes, participa de um eixo com grande movimentação de automóveis, transportes públicos e pedestres, sendo reforçado tanto pelo Terminal Antigo quanto pelo Terminal de Integração do Centro (TICEN), que configuram o grande fluxo de pessoas e o momento de chegada e partida. Além disso, considerando que a cobertura do Terminal Antigo já recebeu eventos e atividades diversas, a colocação da intervenção adjacente a este terreno influencia em usos e propostas que podem surgir ao longo do tempo.

A partir desta integração com o entorno, a intervenção oferece espaços de descanso, de espera, de encontros e o uso noturno para que gere maior segurança aos transeuntes. É também pela definição do terreno que almeja-se relacionar com as atividades do centro-leste, que recebe, hoje, um olhar mais ativo e vem sendo impulsionada por vários setores.

Apesar da elaboração da proposta no centro da cidade, aspira-se que o modelo desenhado também possa ser pensado e implantado em outros pontos das regiões de Florianópolis - norte, sul, leste e continente - conforme seus entornos e apreciação da comunidade local, provocando, assim, uma conexão entre as regiões.



fluxos

O projeto do Espaço da Memória Viva é concebido de forma descomplicada e sutil, tem suas formas relacionadas à fluidez, ao movimento e velocidade, pois objetiva-se fazer menção ao aspecto esporádico, volátil do evento imaterial. Utilizando de diversas simbologias e escolhas projetuais, o espaço proporciona experiências sensoriais a fim de representar as emoções e vínculos das pessoas com os aspectos culturais, provocando quem transita e utiliza o espaço. Essas características são retratadas das seguintes formas:

O desenho é determinado por 4 volumes que apontam os 4 livros de registros e recebem seus nomes estampados: "Formas de Expressão", "Celebrações", "Lugares" e "Saberes". Cada um é esboçado por movimentos diferentes e únicos, porém se complementam sutilmente num mesmo percurso. Esses volumes são projetados com paredes formadas pelo conjunto de um painel de aço corten e uma parede de alvenaria, recebendo entre eles uma fonte de iluminação.

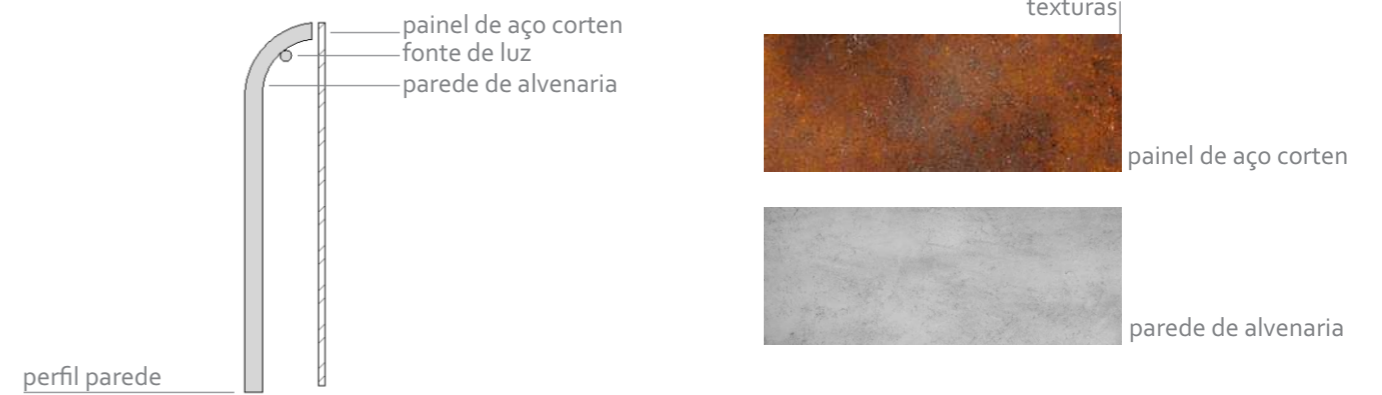
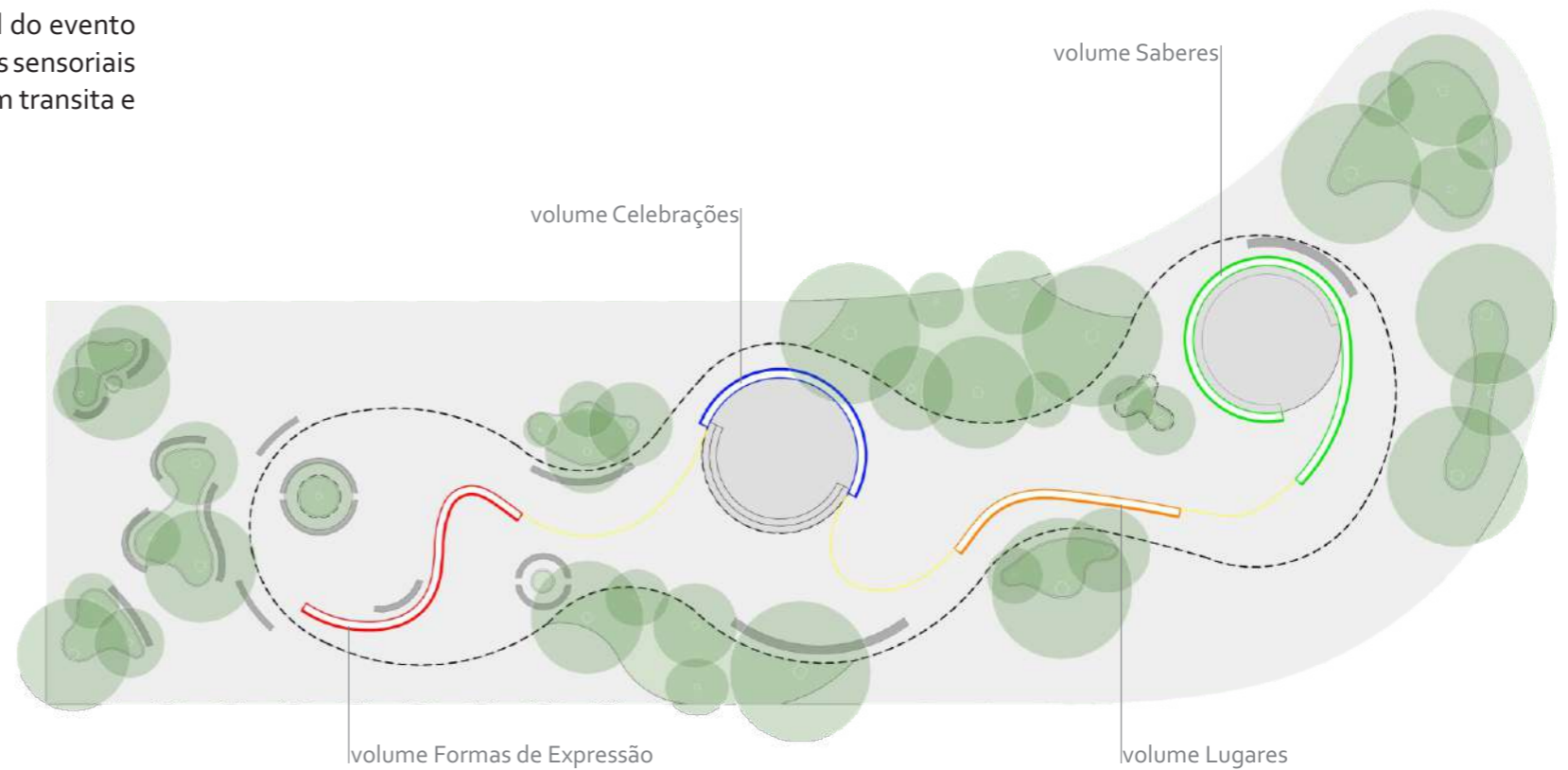
O painel de aço corten, material escolhido para integrar os 4 volumes, é adotado, além do caráter de resistência, por conta de sua textura resultante da característica de oxidação, fazendo, assim, menção ao tempo. É através de desenhos recortados no painel que se recebe simbolicamente alguns aspectos das tradições, como a figura do Boi de Mamão. Além disso, conforme a iluminação colocada entre o painel e a parede de alvenaria, a luz é direcionada a esses recortes no aço, produzindo, assim, a sombra da figura no piso. Tal resultado representa a esporadicidade do patrimônio imaterial, ou seja, transitar entre as sombras no piso é incentivar a imaginação a criar um evento que não está acontecendo naquele exato momento.

A parede de alvenaria é desenhada com uma leve curva no topo, para que direcione a iluminação nos recortes do painel. Está proposta como uma "folha em branco", incentivando intervenções como grafites e colagens da própria comunidade.

A fim de propiciar diferentes usos, os volumes "Celebrações" e "Saberes" criam cenários sutis, sendo eles um modelo de arquibancada e um ambiente mais particular, respectivamente. O primeiro tem o intuito de possibilitar apresentações como contação de histórias, palhaçaria e até mesmo uma pequena peça de teatro, e o segundo proporciona um local para acomodar oficinas, cursos de capacitação de artesãos e transmissão de saberes em geral, como a confecção de rendas de bilro.

O desenho no terreno é realizado por curvas que se integram e se harmonizam, tanto no movimento dos 4 volumes, quanto na forma da cobertura, no desenho dos mobiliários e na separação de diferentes revestimentos do piso. A união entre os 4 volumes é realizada através de uma iluminação por LED integrada no pavimento, contribuindo, também, para a iluminação local em período noturno.

A cobertura é proposta por uma laje de concreto em que a sua projeção no piso marca uma divisão de revestimento e sua forma é pensada de maneira a gerar a figura do totem, que aponta para a segunda parte da proposta.



Esse espaço, conforme seus aspectos arquitetônicos, possui a intenção de convidar os indivíduos a se aproximarem, a despertar a curiosidade e transmitir a temática de forma fácil e acessível sobre os bens imateriais locais. O Espaço da Memória Viva, sendo um espaço público, possibilita acolher diversas atividades da cidade, principalmente relacionadas a cultura, a transmissão de saberes, ofícios e tradições locais.

Assim, a intervenção oportuna a utilização do seu espaço para eventos já existentes como, por exemplo, integrar-se a Feira de Cascaes, a Maratona Cultural, o Floripa Jazz Festival, o Torneio de "dominó mô quiridu" e a Batalha das Minas, como também proporcionar oficinas e aulas para a transmissão de saberes, como a produção de artesanatos. Além do mais, o espaço incentiva o seu uso para o aparecimento de novos eventos e, desta forma, o Espaço da Memória Viva motiva para que se mantenham vivos costumes, práticas, patrimônios, visíveis e invisíveis, cotidianamente.



ilustração da proposta em gerar um efeito com luz e sombra para que, ao expandir os desenhos através da iluminação, gere alusão aos eventos esporádicos, transitórios e intangíveis.

se evidencia a representação da atividade de pesca artesanal da tainha no volume "Saberes".



volume "Lugares" com o desenho da própria cidade de Florianópolis.

evidencia-se a iluminação no piso e que possui em seu desenho a conexão dos 4 volumes.



representação do volume "Saberes" com os desenhos do boi de mamão e bernunça com suas respectivas imagens geradas pela iluminação.



mobiliário integrado ao espaço de forma a propiciar áreas de descanso, contemplação, espera e encontros.

cobertura acompanhando o desenho do pavimento de forma orgânica.



perspectiva da relação do Espaço da Memória Viva com o Terminal Antigo.

representação do Divino Espírito Santo através do símbolo da pomba no volume "Celebrações".



representação no volume "Celebrações" da Procissão do Senhor Jesus dos Passos por meio do símbolo de Jesus carregando a cruz e, ao fundo, a renda de bilro no volume "Saberes".



reprodução de um dos desenhos de Franklin Cascaes com o intuito de representar os contos e lendas no volume "Formas de Expressão".



colagens

CONVITE 2

Com o propósito de promover uma vivência corporal pela cidade, conectando as regiões e suas peculiaridades culturais e afirmando o Espaço da Memória Viva, a segunda parte da proposta se manifesta em forma de totem que é posicionado em locais específicos da cidade e anuncia os cenários de práticas, eventos e transmissão de conhecimentos.

Essa representação física e permanente planeja instigar a memória no cotidiano dos moradores e apresentar a história aos não moradores e, assim, mesmo que a prática do patrimônio imaterial não esteja acontecendo num dado momento, é possível tornar presente essa relação da cultura e seu contexto espacial.

Essa representação é feita por uma chapa de aço corten que recebe por um recorte o formato da cobertura do Espaço da Memória Viva, gerando um totem de fácil associação ao projeto. A intervenção traz consigo um código QR em que se conecta com o convite 3 e é possível acessar virtualmente as histórias, características e demais informações sobre o aspecto em que se pretende evidenciar.

A utilização do totem é proposta de forma que a própria comunidade possui a autonomia diante do seu uso, ou seja, na escolha do local, na maneira de inserção e nas informações que se pretende transmitir.



proposta do totem na vertical



proposta do totem na horizontal

CONVITE 3

De modo a complementar as intervenções em Florianópolis, o espaço virtual proposto tem o objetivo principal de promover uma participação direta das comunidades da cidade, pois deseja-se que os próprios protagonistas das práticas culturais possam alimentar essa plataforma com as histórias, registros, fotografias e vídeos do que considerarem relevante para a construção de suas identidades e estimular a proteção das memórias coletivas. Ademais, esse espaço é pensado também para divulgar informações importantes sobre o patrimônio cultural imaterial, como o processo de registro e as medidas de salvaguardar.

Sugere-se que com a criação desse cenário virtual, construído pelos praticantes da cultura exposta, convide os observadores a explorar cada espaço que comporta uma prática cultural. Para que isso se torne possível, além dos registros e descrições, é sugerido ferramentas de realidade virtual em que, com o acesso de um celular ou outro aparelho, os usuários possam ser direcionados a pontos específicos da cidade e visualizar de forma fabulosa os eventos. Em outras palavras, é dizer que, experimentar a festa do Divino Espírito Santo, a festa do Berbigão do Boca no carnaval ou a movimentação dos pescadores na época da tainha, são eventos que muitas vezes não se percebe características de escala, técnica, decorações e atores sem a participação. São momentos em que só se sente a grandiosidade, a importância e o coletivo durante a vivência, isto é, por meio da plateia. Para que se possa encorajar e demonstrar o valor de cada aspecto cultural, o uso da realidade virtual é escolhido como uma ferramenta que possibilita alcançar as pessoas de algo que não está ali naquele dado momento, mas que de nenhuma forma o substitui, pois o vínculo só é gerado no momento da vivência.

Assim, com o objetivo de provocar a imaginação e curiosidade do indivíduo, optou-se por realizar essa intervenção virtual através das silhuetas de cada evento.

Acerca do contexto do patrimônio imaterial, principalmente a quem o vive, é, além de fortalecê-lo, instigar os indivíduos a questionarem a sua importância dentro de seus coletivos, recordar memórias e consolidar uma identidade que, muitas vezes, pode ter sido enfraquecida.



cenários retirados de vídeos simulando o uso da realidade virtual através de um dispositivo.



Pesca artesanal da tainha na praia do Campeche.



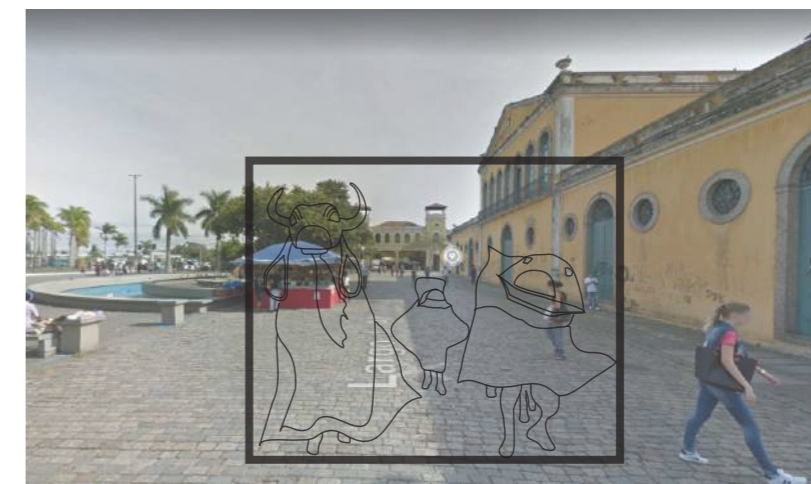
Conto "As bruxas roubam a lancha baleeira de um pescador da Ilha de Santa Catarina" de Franklin Cascaes que se passa na Costa da Lagoa.



Festa do Divino Espírito Santo na Praça XV de Novembro.



Procissão do Senhor Jesus dos Passos na Praça XV de Novembro.



Manifestação do Boi de Mamão na Praça do Largo da Alfândega.

representações em desenho do uso da realidade virtual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consciência dos bens culturais intangíveis sugere o primeiro passo para afirmá-los entre os participantes de um mesmo grupo e fora dele. Refletir sobre seus valores e significados é proporcionar que se mantenham vivas as memórias coletivas e estructure o imaginário social da comunidade.

Cada tradição, simbologia e encanto da Ilha de Santa Catarina integra a identidade que a cidade possui, independente do alcance de sua visibilidade. Assim, os patrimônios culturais, visíveis e invisíveis, se revelam essenciais na concepção de pertencimento de um indivíduo e no seu relacionamento comunitário, pois são através dos vínculos e vivências que a cidade se desenvolve.

A partir dos patrimônios imateriais, Florianópolis manifesta a sua diversidade de heranças, saberes, visões e discussões em diferentes espaços e contextos de sua história. Esses traços, além de construírem o cenário presente, comunicam com o futuro da cidade de forma a não perder seu traçado cultural e identitário.

Ter a oportunidade de vivenciar diversos aspectos culturais na cidade, através de percursos em cada região e experiências pessoais, desperta a magia que Florianópolis transmite por meio de tradições potentes e encantadoras. Deparar-se com a sensibilidade do bem imaterial e a complexidade do seu entendimento e discussão em prol da proteção, é desafiar-se a retomar as próprias raízes a fim de entender em que coletivo se insere. É a partir dos questionamentos e afeto com a cultura em que se pertence que permite podermos direcionar o olhar a cultura do outro e fomentar a sua preservação.

O uso da percepção arquitetônica em desenvolver as intervenções urbanas potencializa a esfera da imaterialidade ao transportá-la para o âmbito físico, através de símbolos, metáforas e espaços com usos destinados à cultura local. Tanto o Espaço da Memória Viva e o Símbolo, quanto a utilização de um espaço virtual, promove a (re)conexão de cada autor social com as qualidades culturais em que se insere e vivencia, buscando evidenciar seus valores e facilitar a compreensão das possibilidades e métodos de proteção. Estimular o praticante e enfatizar seu protagonismo nas vivências culturais é manter vivas as memórias e os patrimônios, pois alimenta as emoções envolvidas e a participação em conjunto.

O Trabalho de Conclusão de Curso proporcionou um valioso estudo pessoal e profissional para o reconhecimento da importância em convergir saberes, que nunca foram antagônicos ou complementares, mas o instigar de que somos uma identidade na diferença, onde culturas revelam a essência da habilidade humana em construir saberes materiais e imateriais, e essa pluralidade evidencia no tempo e espaço um contexto único da história da humanidade.

Ilha de Nossa Senhora do Desterro, para mim nenhuma região do globo foi tão bem aquinhoadada com a sabedoria da cultura bruxóica como tu foste. Cada pedra, cada árvore, cada praia que forma o teu corpo geográfico vive um mundo estranho de sabedoria cultural e espiritual mágico muito elevado. (CASCAES, 2015, p.123)

- ALEXANDRE, Marcos. Representação Social: uma genealogia do conceito. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 23, p. 122-138, 2004.
- CARNEIRO, Keley Cristina. Cartografia de Goiás: patrimônio, festa e memórias. 2005. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.
- CASCAES, Franklin. Franklin Cascaes: o fantástico na ilha de santa catarina. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2015. 272 p.
- CONCEIÇÃO, Milton Luz da. RIOS, Larissa Ferraz. Praça XV de Novembro: Ressignificando artes, signos e narrativas no coração de Florianópolis. *5% Arquitetura + Arte*, São Paulo, ano 16, v. 01, n.21, e166, p. 1-20, jan./jun./2021. Disponível em: <http://revista5.arquitetonica.com/index.php/uncategorised/praca-xv-de-novembro-ressignificando-artes-signos-e-narrativas-no-coracao-de-florianopolis>
- COSTA, Marli Lopes da; CASTRO, Ricardo Vieiralves de. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias?. *Estudos de Psicologia*, [s. l], p. 125-131, 2008.
- COSTA, Rodrigo Vieira. O registro do patrimônio cultural imaterial como mecanismo de reconhecimento de direitos intelectuais coletivos de povos e comunidades tradicionais: os efeitos do instrumento sob ótica dos direitos culturais. 2017. 523 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- FUENZALIDA, Maria Paz Josetti. A trajetória do patrimônio cultural imaterial: política de proteção e formação de um discurso. 2018. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- GOMES, Ana Carolina Rios. Geografia e Educação Patrimonial: contribuições para valoração de bens culturais. 2010. 264 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Unesp, Rio Claro, 2010.
- MAGALHÃES, Rodolfo. Caderneta de Campo: dos verbos e das ações. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2021. 80 p.
- MAKOWIECKY, S. Construções imaginárias: Florianópolis e as influências bruxólicas. In: XIV Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2005, Goiânia. XIV Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas - Cultura Visual e desafios da pesquisa em artes. Goiânia : Editora da Universidade federal de Goiás, 2005. v. 1. p. 418-429
- NÓR, Soraya. Paisagem e Lugar como referências culturais Ribeirão da Ilha - Florianópolis. 2010. 231 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- PELEGRINI, Sandra C. A. The administration of the Brazilian nonmaterial heritage in the contemporary world. *História*, v.27,n.2, p.145-173, 2008.
- SANDRONI, C. (2010). Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade . *Estudos Avançados*, 24(69), 373-388. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10531>
- SOUZA, Evandro André de. Franklin Cascaes: uma cultura em transe. 2000. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- SOUZA, Marcela Stockler Coelho de. A cultura invisível: conhecimento indígena e patrimônio imaterial. *Anuário Antropológico*. [S. L.], p. 149-174. jun. 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/813>. Acesso em: 01 jun. 2022.
- SPINK, M. J. P. The Concept of Social Representations in Social Psychology. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 9 (3): 300-308, jul/sep, 1993.
- TEIXEIRA, Lislely Canola Treis. Práticas da infância na memória de velhos: entre a tradição e modernidade na cidade de florianópolis (1930-1950). 2018. 371 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- UGGIONI, Paula Lazzarin. Valorização do Patrimônio Gastronômico Regional Açoriano: gestão de qualidade em restaurantes típicos em florianópolis-sc. 2006. 264 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- VIANNA, Letícia C.; TEIXEIRA, João Gabriel L. C.. Patrimônio imaterial, performance e identidade. *Concinnitas*, [s. l], v. 1, n. 12, p. 121-129, 2008.
- VIANNA, Letícia. Patrimônio Imaterial: legislação e inventários culturais a experiência do projeto celebrações e saberes da cultura popular. *Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-25, 2004.